

# REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DISCURSIVA NO FACEBOOK: análise da atuação de mulheres vereadoras<sup>1</sup>

## DISCURSIVE POLITICAL REPRESENTATION ON FACEBOOK: analysis of the role of women councilors

Nathália Kahwage<sup>2</sup>

Danila Cal<sup>3</sup>

**Resumo:** *Analisa-se como se configura a representação política discursiva de vereadoras num ambiente comunicacional em que gozam de relativa autonomia para produção e publicação, o Facebook. Especificamente, iremos investigar os vídeos postados nos perfis e fanpages pessoais das vereadoras (2017/2020) das duas principais capitais do Norte do país: Belém e Manaus. Como fundamento teórico, recorreremos à discussão sobre representação política, em especial, a discursiva. Do ponto de vista metodológico, o corpus é composto por 210 vídeos que foram sistematizados por meio de análise de conteúdo e analisados a partir de três categorias ligadas à representação política discursiva: como falam? com que frequência? sobre o quê falam? Os resultados apontam tensões relativas às demandas de representação das mulheres e as temáticas defendidas pelas vereadoras, assim como lançam luz sobre os aspectos de formato e linguagem a partir dos quais elas buscam interagir naquele ambiente comunicacional.*

**Palavras-Chave:** *Representação política discursiva. Facebook. Vereadoras.*

**Abstract:** *We analyze how the discursive political representation of councilors is configured in a communicational environment in which they enjoy relative autonomy for production and publication, Facebook. Specifically, we will investigate the videos posted on the profiles and personal fan pages of city councilors (2017/2020) in the two main capitals of the North of the country: Belem and Manaus. As a theoretical foundation, we resort to the discussion on political representation, in particular, the discursive one. From a methodological point of view, the corpus is composed of 210 videos that were systematized through content analysis and analyzed from three categories linked to discursive political representation: how do they speak? how often? what are they talking about? The results point out tensions related to the demands of women's representation and the themes defended by the councilors, as well as shedding light on the aspects of format and language from which they seek to interact in that communicational environment.*

**Keywords:** *Discursive political representation. Facebook. Councilors.*

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho *Comunicação e Política*, do XXIX Encontro Anual da Compós, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande - MS, 23 a 25 de junho de 2020

<sup>2</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará (PPGCom/UFPA), integrante do Grupo de Pesquisa Comunicação, Política e Amazônia (Compoa), nathalia.kahwage@gmail.com

<sup>3</sup> Docente do PPGCom/UFPA, líder do Compoa, danila@ufpa.br

## 1. Introdução

As discussões recentes, principalmente de cientistas políticos, têm analisado o contexto sociopolítico e econômico, no Brasil, onde, desde 2013, uma sucessão de eventos<sup>4</sup> provocou questionamentos sobre os limites da democracia e da representação política. Alguns autores apontam uma *crise representativa* ou *crise de representação* (COSTA, 2019; COSTA; BONZANINI, 2018; BIANCHI, 2015; NOGUEIRA, 2014; BAQUERO; VASCONCELOS, 2013; SANTOS, 2013), pois, diante da conjuntura, falta legitimidade para a representação a qual se mostra também pouco democrática (MANIN, 1989). Compreendemos, neste artigo, que é o conceito de representação que vem sendo pensado de forma restrita e precisa ser expandido para dar conta da complexidade e do dinamismo das transformações da sociedade. Vivemos, assim, em uma "crise na concepção clássica de representação" (GARCÊZ; 2017, GARCÊZ; MAIA, 2017) fomentada pelo pensamento convencional de ver o *representar* como um fenômeno dado, produto das eleições, limitado às esferas institucionais e espaços tradicionais.

Diversos teóricos têm pensado a representação política sob um viés renovado (MIGUEL, 2014; LOUREIRO, 2009; URBINATI, 2006; GARCÊZ, 2017; GARCÊZ; MAIA, 2017; AVRITZER, 2007; DRYZEK; NIEMEYER, 2008; SAWARD, 2010). Neste trabalho, adotaremos a perspectiva de Garcêz (2017) e Garcêz e Maia (2017) de *representação política discursiva*<sup>5</sup>, como processo de interação política guiado pela linguagem.

Trabalhar com a representação política, a partir de um olhar comunicacional, é uma forma de ampliar sentidos sobre um conceito em disputa na contemporaneidade. É também um modo de validar outras formas de atuação política não-tradicionais, ambientadas on-line, de visibilizar demandas na esfera pública por intermédio dos *media* em sua pluralidade, de inclusividade de novos atores políticos representativos (ainda que formalmente eleitas, mulheres são marginalizadas na política institucional) e de compreender o *percurso* de representantes que “falam em nome de” causas, temas, demandas.

---

<sup>4</sup> Segundo Avritzer (2017), esses eventos são: ciclo de protestos; radicalização política; golpe parlamentar de 2016; anarquia institucional; vazio de lideranças no parlamento, judiciário e governo.

<sup>5</sup> Segundo Garcêz (2017), há várias reflexões convergentes para uma perspectiva não estritamente eleitoral da representação política com nomenclaturas diversas: “representação discursiva (DRYZEK e NIEMEYER, 2008), representação por afinidade (AVRITZER, 2008), representação virtual (LAVALLE, et al, 2006, inspirado parcialmente em Burke), representação não eleitoral (URBINATI, 2006; URBINATI e WARREN, 2008), representação de perspectivas (YOUNG, 2000) ou demandas de representação (*representative claim*) (SAWARD, 2009; 2010)” (2017, p. 13).

A partir desse contexto, objetiva-se analisar de que forma mulheres vereadoras constroem discursivamente a própria representação política num ambiente comunicacional em que gozam de relativa autonomia para produção e publicação, o Facebook. Especificamente, escolhemos analisar vereadoras das duas principais capitais do Norte do país: Belém e Manaus. Essa decisão se fundamenta na avaliação de que estudos legislativos em interface com a Comunicação sobre câmaras municipais ainda são escassos no Brasil, pois a maior parte direciona os esforços para a observação do Legislativo Federal. Além disso, Miguel e Queiroz (2006) ao analisarem as três disputas ocorridas sob a vigência da legislação de cotas para mulheres (1996, 2000 e 2004), indicaram que o êxito relativo das mulheres no Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país é sensivelmente superior do que em regiões mais industrializadas, escolarizadas e com indicadores sociais melhores.

Na Câmara Municipal de Belém, no mandato 2017/2020, do total de 35 vereadores, eram apenas três as representantes mulheres: Marinor Brito (PSOL), Simone Kahwage (PRB) e Blenda Quaresma (MDB). Já na Câmara Municipal de Manaus, do total de 41 parlamentares, apenas quatro mulheres: Glória Carratte (PRP); Joana D'arc (PR); Professora Jacqueline (PHS) e Professora Therezinha (Democratas). Iremos investigar como essas sete vereadoras constroem seus processos de representação política discursiva por meio da análise dos vídeos postados em fanpages e perfis pessoais no Facebook. Os achados nos permitirão refletir sobre as tensões relativas às demandas de representação das mulheres e as temáticas defendidas pelas mulheres eleitas, assim como sobre os aspectos de formato e linguagem a partir do qual elas buscam interagir por meio de vídeos naquele ambiente comunicacional.

## 2. Tensionamentos sobre representação política

A teoria política clássica tem centrado esforços na compreensão da forma que o representante *deve agir*, isto é, na *atividade* de representar enquanto uma combinação do que o representante faz (*acting for*) e do que o representante é (*standing for*) (PITKIN, 1984). Tal perspectiva deixa de lado o papel importante do representado no desenho das relações que vão conformar o próprio ato de representar. E *representar*, segundo Saward (2006), é “performance, é uma ação realizada por atores” (2006, p.302), ao longo do aceitar ou rejeitar demandas (*representative claim*). É nessa dinâmica, de acordo ainda com o autor, que representantes se tornam visíveis e legíveis, pois passam a “falar em nome de” necessidades,

objetivos, situações. É desse modo que se identifica quem eles são: quem fala, para quem, quando, sobre, com qual justificativa (GARCÊZ; MAIA, 2017).

Para Garcêz e Maia (2017), é interessante desviar o foco de uma análise centrada no que é a representação, suas formas e tipos, e sim atentar para o entendimento de seus *percursos*: como ocorre, quais seus efeitos, que tipo de relações estabelece. Isso é possível pela comunicação, pois:

a) o ato de representar é sistêmico, difuso e multifacetado; b) uma abordagem comunicativa considera símbolos e imagens importantes para a compreensão da representação política e c) a legitimidade se constitui discursivamente entre representantes e representados e deve levar em conta o protagonismo dos afetados (GARCÊZ, 2017, p.3)

Nesse sentido, as autoras destacam a operacionalização da criatividade dos atores e da imprevisibilidade ligada ao próprio uso da linguagem que possibilita que outras práticas comunicativas e perspectivas tenham visibilidade na representação política discursiva. São premissas baseadas nos estudos de Saward (2010) que, para entender o que está acontecendo na representação, propõe uma série de fontes e ideias para traçar uma nova, mais ampla e mais complexa figura da representação política capaz de reconectar a teoria da representação com os desafios existentes do mundo real, pois inclui, em um mesmo contexto, uma variedade de atores políticos e a existência de um processo dinâmico de reivindicar demandas, extraordinário nas suas variações e potencialidades. É o que chama de *demanda representativa* na qual são levados em consideração momentos estéticos e culturais; a performance; a representação não-eleitoral; a contingência e a contestabilidade de todas as formas de representação. Representar é uma prática de aceitar e rejeitar demandas, centrada no representado.

Assim, compreende-se que investigar as demandas por representação é vantajoso devido à capacidade que possuem de “operar pelas bordas” (GARCÊZ, MAIA, 2017, p.8) e funcionarem como mecanismo de intermediação entre sociedade civil, esfera pública e espaços institucionais. É o que também apontam Dryzek e Niemeyer (2008) ao explicar que, historicamente, novos discursos têm sido trazidos de fora das instituições formais de Estado para dentro das esferas públicas, a exemplo do ambientalismo e do feminismo. Esse último, por meio de pressão dos movimentos sociais e organizações extraparlamentares de mulheres, tem conseguido penetrabilidade de suas demandas nos âmbitos governamentais e na conquista de direitos, apesar dos baixos índices de representação política feminina.

A representação política discursiva pode ser formal, informal ou uma mistura integrada de ambos, tendo em vista que engajar discursos é ampliar a esfera pública (DRYZEK; NIEMEYER, 2008). Esses mesmos autores destacam, principalmente, a representação dos discursos de maneira informal. Reflexões também trazidas nas novas possibilidades de participação política no cotidiano (MANSBRIDGE, 2009); nas demandas representativas que podem ocorrer o tempo todo, em contextos locais ou mais amplos (SAWARD, 2006); durante as eleições ou não, em diferentes momentos, em arenas distintas e com variados modos expressivos de comunicar (GARCÊZ; MAIA, 2017).

Portanto, destacam-se os ambientes digitais como possibilidades não-tradicionais de representação política discursiva para as vereadoras de Belém e de Manaus. A comunicação pela internet e as interações que ocorrem por meio dela devem ser valorizadas, fortalecendo a proximidade entre representantes e representados. É um ambiente comunicacional que pode aumentar o alcance das postagens, conquistar novos eleitores (PANKE; SOLIS, 2013) e também manter a conexão com eles, pois quando o diálogo está aquecido e há presença on-line, há maiores chances de visibilidade (PANKE, 2016) e de manutenção desse relacionamento. Segundo Braga e Carlomagno (2018), por conta dos custos operacionais mais baixos do que os de *websites* e por permitir um novo padrão de relação entre políticos e cidadãos, o *Twitter* e o *Facebook* podem ser considerados “divisores de águas” porque “tais ferramentas praticamente universalizaram o uso das tecnologias digitais como recurso de campanha e de interação on-line entre cidadãos e elites políticas” (p. 39). Apesar de reconhecermos esse potencial das redes sociais digitais, é importante também destacar que se tratam de ambientes limitados por processos computacionais e empresariais, mas que, ainda assim, configuram-se como espaços fundamentais da atuação política contemporânea.

### 3. Procedimentos metodológicos

O *corpus*<sup>6</sup> é formado por 210 vídeos das vereadoras de Belém da 18ª Legislatura (2017-2020) Blenda Quaresma (MDB); Marinor Brito (PSOL) e Simone Kahwage (PRB); e das vereadoras de Manaus (AM), da 17ª Legislatura (2017-2020): Glória Carratte (PRP); Joana D'arc (PR); Profª Jacqueline (PHS); e Profª Therezinha (Democratas). Desse total, 86 são das parlamentares de Belém e 124 são das parlamentares de Manaus. O recorte abrangeu as postagens do dia 04.08.2015 (data da primeira postagem) até o dia 08.03.2018 (Dia Internacional da Mulher).

TABELA 1

Quantitativo dos vídeos analisados

	BELÉM			MANAUS			
	Blenda Quaresma (MDB)	Marinor Brito (PSOL)	Simone Kahwage (PRB)	Glória Carratte (PRP)	Joana D'arc (PR)	Prof.ª Jacqueline (PHS)	Prof.ª Therezinha (DEM)
<b>Nº total</b>	18	51	17	2	69	25	28
<b>% total</b>	8,6%	24,3%	8,1%	1%	32,9%	11,9%	13,3%
<b>GERAL</b>	86 (40,9%)			124 (59,1%)			

FONTE: Dados da Pesquisa.

Optamos pela análise de conteúdo dos vídeos postados pelas vereadoras no Facebook com base na proposta de Bardin (1977). A autora estabelece três fases principais: a pré-análise; a exploração do material; o tratamento dos resultados com a inferência e a interpretação. A pré-análise, sobre o tratamento descritivo do objeto, envolveu a visita aos perfis pessoais das vereadoras de Belém e de Manaus para observar características mais pertinentes nos vídeos postados por elas. Em seguida, na segunda fase, desenvolvermos um livro de códigos com informações básicas e categorizadas que serviram de guias na análise dos vídeos. Na terceira fase, com os dados já organizados, realizamos a inferência e a interpretação dos achados, realizando ainda o cruzamento entre categorias quando necessário.

<sup>6</sup> A partir da pesquisa exploratória, chegou-se, inicialmente, ao total de 460 vídeos, sendo 189 de vereadoras de Belém e 271 de Manaus. Optamos pela composição de uma amostra (5% de erro amostral e 95% de confiança) por meio de sorteio aleatório, respeitando a proporcionalidade da quantidade de vídeos postados por cada vereadora.

A partir dos vídeos publicados pelas vereadoras de Belém e de Manaus nos perfis pessoais e fanpages do Facebook, categorizamos e sistematizamos os principais grupos de informações a serem examinados. Foram trabalhadas cinco categorias no livro de códigos: 1) informações gerais (contemplam data, duração, visualizações etc); 2) formato do vídeo (recursos de gravação/edição; se reprodução de reportagens); 3) função do vídeo (qual objetivo do vídeo); 4) atividade parlamentar (projetos de lei de autoria própria; indicações, requerimentos e solicitações); 5) temáticas principais: Assistência social; Cidade (problemas de infraestrutura e saneamento; transporte, funcionalismo público); Cultura; Pessoas com deficiência; Economia; Educação; Esporte e Lazer; Família e Crianças e Adolescentes; LGBTI+; Meio Ambiente; Mercado de trabalho; Mulheres; Negros e comunidades quilombolas; Política institucional/conjuntura política; Povos indígenas e comunidades tradicionais; Saúde; Segurança pública; outros).

As categorias de análise apresentadas acima foram cruzadas com tópicos que expressam os *aspectos discursivos da representação política*. As premissas foram baseadas em Garcêz e Maia (2017) que descreveram as principais características da representação política discursiva. A representação política é um *processo* constante – contestável e contestado – de construção de sujeitos engajados discursivamente: *Como falam? Com que frequência? Sobre o que falam?* São as perguntas que pretendemos responder, neste artigo, para tentar identificar de que forma as vereadoras de Belém e de Manaus constroem discursivamente a própria representação política.

Para melhor visualização do desenho metodológico, organizamos as informações no seguinte quadro:

QUADRO 1

Marcas textuais para identificação dos aspectos discursivos nas categorias de análise dos vídeos

	Sobre o que falam?	Como falam?	Com que frequência?
<b>Categorias de análise</b>	Função Tema central Atividade parlamentar	Formato Legenda	Data da publicação Número de postagens Visualizações
<b>Aspectos discursivos da representação política</b>	Falam ou agem em nome de temas, valores, demandas Possibilidade de aceitar ou rejeitar demandas	Diferentes modos expressivos; argumentação; retórica (humor, estórias pessoais) Imprevisibilidade da linguagem Inovações institucionais Criatividade	Valorização de espaços informais Criação de redes Foco nos percursos e não nos resultados

FONTE: Produção própria com base em Garcêz e Maia (2016).

## 4. Apresentação e discussão dos resultados

### 4.1 Como falam?

A representação política discursiva é centrada na linguagem (GARCÊZ; MAIA, 2017; SAWARD, 2006). Esse processo se legitima na imprevisibilidade da linguagem; na ocorrência de diferentes modos expressivos, de argumentação, retórica, humor, histórias pessoais; na criatividade; nas inovações institucionais. Portanto, neste tópico, serão abordadas as categorias de análise: *formato de vídeo* e *legenda de descrição*.

Com o objetivo de identificar o nível de detalhamento dos vídeos das vereadoras de Belém e de Manaus nos perfis pessoais e páginas do Facebook, propôs-se a categoria de análise *legenda de descrição*. Esse recurso auxilia o seguidor a compreender o conteúdo dos vídeos e também antecipa o teor deles, indicando do que se trata. Além disso, indica zelo e organização, elevando a qualidade dos mesmos. Representa também, compromisso informativo com os seguidores, e acessibilidade visto que pessoas surdas não poderiam ouvir os áudios e pessoas com deficiência visual poderiam não compreender as cenas exibidas. Em ambos os casos, poderiam recorrer aos recursos de leitura da legenda. É o aspecto discursivo da “inclusividade



de minorias” (GARCÊZ; MAIA, 2017). Sendo assim, a análise do *corpus* do total de 210 vídeos, das sete vereadoras, está organizada abaixo:

TABELA 2  
Quantitativo de vídeos com legenda

	BELÉM			MANAUS			
	Blenda Quaresma (MDB)	Marinor Brito (PSOL)	Simone Kahwage (PRB)	Glória Carratte (PRP)	Joana D'arc (PR)	Prof. <sup>a</sup> Jacqueline (PHS)	Prof. <sup>a</sup> Therezinha (DEM)
<b>Nº total</b>	10	41	13	1	62	24	26
<b>% total</b>	55,5%	80,3%	76,4%	50%	89,8%	96%	92,8%
<b>TOTAL GERAL</b>	64 (36,1%)			113 (63,9%)			

FONTE: Dados da pesquisa.

Em comparação com as de Belém, as parlamentares de Manaus tiveram maior preocupação em descrever - ainda que brevemente -, ou em comentar algo sobre o que postavam. Dentre as de Belém, Marinor Brito foi a vereadora mais preocupada em detalhar informações sobre os vídeos na descrição da publicação. Há dois tipos de legendas descritivas identificadas: 1) aquelas que indicam terem sido feitas por ela mesma, em momentos de espontaneidade, incluem vídeos sem legenda de texto ou com texto sem grandes preocupações com a norma culta<sup>7</sup> e 2) aquelas com o padrão de redação no estilo jornalístico, inclusive, com manchetes que chamam a atenção para o principal conteúdo do vídeo<sup>8</sup> (a maior parte das postagens é nesse padrão). Já no grupo de Manaus, foi Joana D'arc, na comparação geral, a que mais utilizou legenda nos vídeos postados. Há a presença daquelas mais descritivas, com textos longos e criteriosas na norma culta, sendo relacionadas, principalmente, aos vídeos de pronunciamento, na Câmara Municipal.

Na categoria *formato*, buscamos identificar os tipos de vídeos escolhidos pelas parlamentares para se comunicar, já que a escolha do formato audiovisual pode ser decisiva

<sup>7</sup>Disponível em:

[https://www.facebook.com/100007913778457/videos/vb.100007913778457/1780050578935384/?type=2&video\\_source=user\\_video\\_tab](https://www.facebook.com/100007913778457/videos/vb.100007913778457/1780050578935384/?type=2&video_source=user_video_tab). Acesso em 02.01.2019.

<sup>8</sup>Disponível em:

[https://www.facebook.com/100007913778457/videos/vb.100007913778457/1717654338508342/?type=2&video\\_source=user\\_video\\_tab](https://www.facebook.com/100007913778457/videos/vb.100007913778457/1717654338508342/?type=2&video_source=user_video_tab). Acesso em 02.01.2019.

para aumentar o alcance junto aos seguidores e engajá-los. A promoção de interações com os seguidores pode ocorrer sob a influência de critérios como formato adequado do conteúdo audiovisual (vertical ou quadrado, em vez de horizontal) para melhor compreensão de imagem e texto (principalmente, para visualização no celular); a produção de conteúdo exclusivo para a internet (se desprender de técnicas dos *media* tradicionais); investir nas transmissões ao vivo, etc. Não é nosso objetivo indicar qual a estratégia de marketing digital mais apropriada e se são estratégias de comunicação eficazes com o público. Mas sim constatar, por meio das ocorrências, se existe um padrão de produção dos vídeos das parlamentares, se há um formato preferencial entre elas que possa revelar a existência de mecanismos e experiências democráticas caras à representação política - pois geram pluralidade dos pontos de vista e maior inclusividade de minorias (GARCÊZ; MAIA, 2017; SAWARD, 2006).

Nesse sentido, os resultados demonstram que a maior parte dos vídeos analisados, 82 do total (39%) é de *gravações realizadas com a utilização de celular*<sup>9</sup>, seguida por *produção técnica no estilo pós-finalizada*: 51 vídeos, ou 24,3% do total. Já em outros 45 vídeos analisados (21,4%), as vereadoras realizaram *transmissões ao vivo pelo Facebook*. Foram classificadas, ainda, aquelas produções com o celular na captação de imagens, e que receberam tratamento posterior, com algum tipo de recurso de edição de imagem. É o formato *gravação de celular + recursos de edição de imagem*: 26 vídeos (12,4%) se encaixam nessa categoria. Os outros *formatos* tiveram pouca incidência: somados chegam a cinco. Foram três *reproduções* (reportagens de TV aberta na qual as vereadoras aparecem) e duas *reproduções de reportagens realizadas pelas Câmaras Municipais*, ou 1,4%, e 1%, respectivamente<sup>10</sup>. A tabela abaixo faz um comparativo das diferenças entre as vereadoras de Belém e as de Manaus:

---

<sup>9</sup> São vídeos que apresentam elementos de uma produção amadora se comparados a produções audiovisuais com recursos de pós-finalização e também com dispositivos mais avançados para captação de imagem.

<sup>10</sup> Um vídeo foi classificado como “não se enquadra”.

TABELA 3  
Formato do vídeo utilizado por vereadora

FORMATO	BELÉM			MANAUS			
	Blenda Quaresma (MDB)	Marinor Brito (PSOL)	Simone Kahwage (PRB)	Glória Carratte (PRP)	Joana D'arc (PR):	Prof. <sup>a</sup> Jacqueline (PHS)	Prof. <sup>a</sup> Therezinha (Democratas)
Gravação de celular	9	30	5	2	15	14	7
Gravação de celular + edição de imagem	0	7	1	0	5	7	6
Transmissão ao vivo	6	7	4	0	26	1	1
Produção técnica	3	7	5	0	21	2	13
Reprodução (TV aberta)	0	0	1	0	2	0	0
Reprodução (reportagens CMB)	0	0	1	0	0	1	0
Não se enquadra	0	0	0	0	0	0	1
<b>Nº total</b>	18	51	17	2	69	25	28
<b>% total</b>	8,5	24,2	8	0,9	32,8	11,9	13,3
<b>GERAL</b>		86 (40,5%)				124 (59,5%)	

FONTE: Dados da Pesquisa.

As vereadoras de Belém optaram principalmente por vídeos gravados com o celular, em seguida por transmissão ao vivo e, em terceiro, produção técnica. Entre as vereadoras de Manaus a gravação com celular também foi o mais frequente, depois produção técnica e, por fim, a transmissão ao vivo.

Saber *como falam* as vereadoras nos revelou, de maneira geral, que, primeiramente, elas estão produzindo conteúdo novo com formato exclusivo para a internet, sem depender de outras produções midiáticas convencionais. Simone Kahwage, Prof.<sup>a</sup> Therezinha e Joana D'arc foram as que mais recorreram a esse recurso. Elas optaram, principalmente, pelo *formato* mais livre, informal, barato e imediato para gerar conteúdo audiovisual: o **celular**. Nem por isso não investiram em vídeos bem produzidos, com roteirização, utilização de recursos de edição de imagem, efeitos visuais, sonoras e arte. A discursividade da representação política se conectou a “diferentes modos expressivos para além da argumentação – como a retórica, o humor e as histórias pessoais, por exemplo” (GARCÊZ; MAIA, 2017, p.16), já que as formas de

comunicar também podem remeter a formatos tradicionais como o de televisão. Em uma postagem, ao passar por um ponto de descarte irregular de lixo, durante uma caminhada, Marinor gravou um vídeo com o celular, mostrou o problema e denunciou em estilo telejornalístico<sup>11</sup>. Simone também se utilizou desse formato, em vídeos estilo reportagem de TV, com uma repórter entrevistando várias pessoas, inclusive, a própria Simone. Em outros exemplos, Simone é entrevistada pela pessoa gravando as imagens; e há situações em que ela mesma é a “repórter”. Glória incrementou a fiscalização parlamentar ao gravar o vídeo em uma rua que está sendo asfaltada, após requerimento realizado por ela. Além disso, há vídeos em que o tratamento dos seguidores é com palavras que geram proximidade como “amigas” e “amigos”, no caso de Blenda e Prof<sup>a</sup> Jackeline. O uso de expressões religiosas, “deus abençoe”, “fiquem com deus”, aparece em alguns vídeos de Blenda e Simone. A crítica a governos de diferentes instâncias ocorreu em alguns vídeos, sobretudo, de Marinor, a única das três vereadoras de Belém a citar diretamente a Amazônia, a criticar assertivamente Jair Bolsonaro, falar em “golpe” no governo Temer, sobre Estado laico, intolerância religiosa e sobre a importância da Comunicação.

No que diz respeito à “imprevisibilidade da linguagem”, exemplificamos com alguns vídeos: Blenda Quaresma dança *brega* com um homem numa festa de aparelhagem e, em outro momento, dança *brega* com o noivo; Marinor Brito aparece em evento de comemoração a sua eleição como vereadora bebendo cerveja, dançando *carimbó* e samba; Joana D’arc rasga um documento de um ato da gestão municipal que considera ilegal, durante fiscalização no Centro de Controle de Zoonoses, quando ficou bastante indignada com a situação do local e falou um palavrão: “essa merda aqui”; Simone Kahwage trabalhou a temática esporte, lutando jiu-jitsu de *kimono* rosa, participando de partida de futebol e treinando em uma bicicleta ergométrica.

A criatividade também ocorreu no ambiente on-line por meio das “inovações institucionais”<sup>12</sup>, sob, principalmente, o formato das *transmissões ao vivo* – refletem uma forte tendência nas mídias digitais, em plataformas como o Facebook. Além disso, criar espaço para a criatividade radicaliza as noções rígidas da representação política (SAWARD, 2006). Entre

---

<sup>11</sup> Isto é, ela surge no local descrevendo o que está acontecendo e mostrando a situação de forma narrada.

<sup>12</sup> Houve incidência também de inovações institucionais no formato *gravação de celular*: Prof<sup>a</sup> Therezinha apresentou vídeos com estilo pergunta x resposta num quadro chamado “Prof<sup>a</sup> Therezinha Responde”<sup>12</sup>, em que pessoas comuns gravavam perguntas que, posteriormente, eram respondidas pela parlamentar. Simone Kahwage gravou vídeo com um balanço do primeiro ano de mandato como vereadora

as vereadoras de Belém, Blenda Quaresma foi a que mais realizou transmissões ao vivo pelo Facebook. Foram os *posts* mais visualizados. O vídeo<sup>13</sup> do dia 04.10.2016, foi o de maior repercussão: 2.700 visualizações. Porém, o maior destaque, neste sentido, foi para Joana D'arc que tem as mídias digitais como fortes ferramentas de atuação parlamentar e de ativismo da causa animal. Ela costuma responder em tempo real às perguntas dos seguidores nas transmissões ao vivo. Além de instigar a participação no Facebook, Joana também utilizou o recurso de transmissão ao vivo para alargar a própria noção de representação política: no resgate de animais, nas fiscalizações de espaços públicos e, principalmente, durante os pronunciamentos<sup>14</sup> na Câmara Municipal de Manaus. Utilizou ainda esse tipo de *formato* para promover sorteios; prestação de contas, balanço do mandato. Destacam-se duas iniciativas curiosas dessa agente política que foram as enquetes on-line<sup>15</sup> (nas quais fez votação para saber a opinião dos seguidores a respeito de possíveis projetos de lei) e o programa “Vereador por um dia”<sup>16</sup>, em que sorteou, entre vários interessados, o nome de uma pessoa para que passasse o dia com ela e conhecesse o trabalho de um vereador, dentro e fora da Câmara. Também utilizou a transmissão ao vivo para denunciar uma situação de violência de gênero sofrida por ela<sup>17</sup>.

#### 4.2 Com que frequência?

Este tópico se relaciona fortemente com a transparência e o comprometimento na produção de conteúdo on-line através da comunicação como centro da democracia. Para Saward (2006), o representante é transparente quando toma conhecimento dos interesses do

---

<sup>13</sup> Trata-se de um vídeo ao vivo feito por Blenda, no estilo *selfie*, no qual aparece em uma academia na Região Metropolitana de Belém, e faz propaganda do local, entrevistando também o dono do espaço.

<sup>14</sup> Em uma das sessões, a transmissão serviu para divulgar ao vivo para os seguidores aqueles vereadores que assinaram ou não o documento, de autoria de Joana, requerendo a instauração de uma CPI do transporte público.

<sup>15</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/joanadarcam/videos/794803487334583/>. Acesso em: 23.01.2019.

<sup>16</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/joanadarcam/videos/807906439357621/>. Acesso em: 23.01.2019.

<sup>17</sup> Na situação, ocorrida no dia 30.05.2017, Joana D'arc havia combinado com o presidente da CMM que subiria na tribuna para se pronunciar por 3 minutos. Ao chegar no local, foi avisada que teria apenas 2 minutos. Ela contestou e disse que o presidente deveria cumprir com o acordo entre ambos. Nesse mesmo momento, o presidente encerra a sessão, o microfone da vereadora é cortado e ele se levanta da mesa. Vários vereadores fazem o mesmo, deixam o local e Joana fica parada na tribuna, com semblante de perplexidade, observando o espaço se esvaziar. Tudo está sendo transmitido ao vivo para os seguidores. Em determinado momento, ainda parada na tribuna, Joana chora, depois tenta conter a emoção. Outros seis vereadores sobem na tribuna, ao lado dela, em apoio. Joana diz que vai continuar com o pronunciamento para os seguidores que a assistem, e diz que se sentiu num “papel de palhaça”. Disponível em: <https://www.facebook.com/joanadarcam/videos/858758304272434/>. Acesso em: 25.01.2017.

representado. Para que isso ocorra, é necessário ter alcance entre os seguidores no Facebook. Ainda que “sigam” as páginas pessoais e sejam “amigos” nos perfis vereadoras de Belém e de Manaus, a plataforma opera com algoritmos que priorizam vídeos conforme determinados critérios como periodicidade, tempo dos vídeos, número de visualizações, alcance do conteúdo etc. Isso define os vídeos que terão destaque e que serão mais facilmente encontrados nas *timelines*. Nosso objetivo não foi definir se as parlamentares traçam boas estratégias de conteúdo em vídeos para mídias digitais, mas compreender como estão investindo em conteúdo já que representam demandas específicas. E para isso, é preciso valorizar os espaços informais, criar redes, focar nos percursos e não nos resultados (GARCÊZ; MAIA, 2017).

Quanto à *data de postagem*, o período de maior postagem foi o mês de setembro de 2016, com 35 vídeos dos 210 analisados, 15 de vereadoras de Belém e 20 de Manaus. Ao cruzar a *quantidade de vídeos* e *data de postagem*, o mês de setembro de 2016 foi o período de maior frequência nas postagens das vereadoras de maneira geral, e também de forma específica em Belém e em Manaus. Uma hipótese levantada sobre a maior incidência nesse período, mas que precisará ser analisada em pesquisa futura, é o fato de coincidir com o período de campanha eleitoral para a candidatura de vereadores, já que a ida às urnas foi em outubro daquele ano.

Quanto às *visualizações* e o *tempo de duração* dos vídeos, foram categorias trabalhadas juntas. A média geral de *visualizações*, consideradas as sete vereadoras e os 210 vídeos, foi de 2.184. Ao cruzar com o *tempo de vídeo*, obteve-se a média geral de duração, de 2 minutos e 12 segundos. Os resultados foram impulsionados, principalmente, pelas vereadoras de Manaus, pois as de Belém mantiveram baixos números em um comparativo. A média de *visualizações* do grupo de Belém foi de 556, e o *tempo médio do vídeo* de 1 minuto e 30 segundos; enquanto que o grupo de Manaus obteve média de 3.314 *visualizações*, e o *tempo* de 2 minutos e 42 segundos. Em outras palavras, os vídeos das parlamentares de Manaus repercutiram quase seis vezes mais do que os das parlamentares de Belém e, ainda, os vídeos produzidos foram quase duas vezes mais longos, ou seja, produziu-se mais conteúdo com maior tempo de duração.

No grupo de Belém, Marinor Brito foi a que produziu vídeos mais longos, com média de 1 minuto e 40 segundos; seguida de Simone Kahwage, com 1 min e 21 segundos; e Blenda Quaresma, com 1 minuto e 9 segundos. Apesar de Blenda ter apresentado vídeos com menor tempo de produção, ela foi a parlamentar no grupo com maior repercussão entre os seguidores, obtendo média de visualizações de 869. Simone teve média de 626 visualizações; e Marinor,

que produziu vídeos mais longos, teve menos visualizações: 422, em média. No grupo de Manaus, Joana D'arc obteve o maior tempo médio de duração dos vídeos postados no Facebook: 3 minutos e 54 segundos. Ao contrário das parlamentares de Belém, nesse grupo, em específico, a vereadora que produziu mais conteúdo, em termos de duração, foi a que obteve também maior repercussão entre os seguidores. Foram 5.654 visualizações, em média, dos vídeos de Joana. Seguida de Joana na repercussão dos vídeos, está Glória Carratte, com média de 1081 visualizações. Prof<sup>a</sup> Jacqueline segue em terceiro lugar em relação à média de visualizações (498), e de tempo de duração (1 minuto e 16 segundos); seguida de Prof<sup>a</sup> Therezinha, com 221 visualizações, e tempo de duração de 1 minuto e 8 segundos, em média. De maneira bem específica, o maior número de visualizações dos 210 vídeos postados pelos dois grupos corresponde ao vídeo de Joana D'arc, que mostrou, ao vivo, durante transmissão pelo Facebook, quando ela foi vítima de violência política sexista pelo presidente da Câmara Municipal de Manaus, Wilker Barreto, durante sessão na Câmara Municipal de Manaus. Foram 165 mil visualizações. Já o vídeo com menor número, teve quatro visualizações refere-se a uma postagem de Marinor Brito, no dia 03.06.2016, em que ela participava de evento cultural popular.

#### 4.3 Sobre o que falam?

Vimos que a representação política não se legitima apenas pelo viés eleitoral, mas principalmente, de forma discursiva, no relacionamento existente entre representantes e representados. Contudo, não são as pessoas que são representadas, mas alguns de seus interesses, identidades e valores (DRYZEK; NIEMEYER, 2008). Segundo Garcêz e Maia (2017), ocorrem processos de identificação com causas comuns através da “conformação de afinidades” já que os representantes estão busca de “aceitação”. São vieses que se aproximam ainda do marco de Almeida (2018) que compreende que os sujeitos agem em nome de causas, temas, ideias e interesses de coletividades os quais representam. Portanto, neste tópico, abordaremos três categorias de análise: *tema central*, *função* e *atividade parlamentar*.

Em *tema central*, objetivamos identificar os principais assuntos e bandeiras levantadas entre as vereadoras, nos vídeos analisados, indicando o nível de visibilidade concedido a certas temáticas. Inicialmente, serão expostos os dados gerais obtidos com a análise dos 210 vídeos

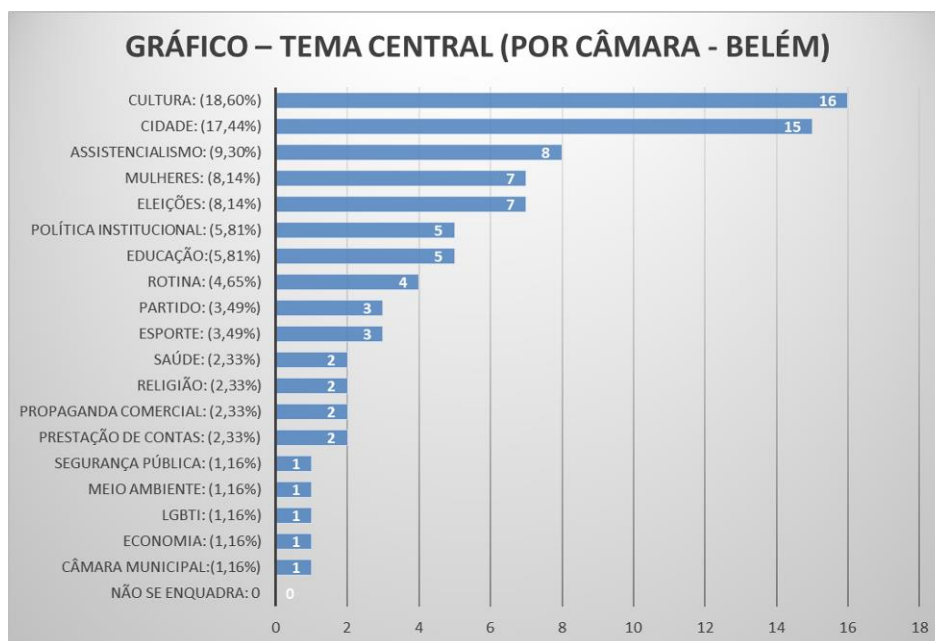
postados pelas parlamentares de Belém e de Manaus no Facebook. Em seguida, virá o detalhamento dos achados por Câmara Municipal.

Os resultados das sete vereadoras somados revelaram as seguintes frequências: Meio Ambiente: 38(18%); Cidade: 25(11,9%); Eleições: 21(10%); Cultura: 17(8%); Educação: 15(7,1%); Mulheres: 14(6,6%); Assistencialismo: 10(4,7%); Esporte e lazer: 10(4,7%); Família, infância e adolescência: 8(3,8%); Câmara Municipal: 7(3,3%); Política institucional: 7 (3,3%); Rotina: 6(2,8%); Saúde: 6(2,8%); Pessoas com deficiência: 5(2,3%); Partido: 4(1,9%); Prestação de contas: 4(1,9%); Violência política sexista: 4(1,9%); Propaganda comercial: 3(1,4%); Religião: 2(0,95%); Assistência social: 1(0,4%); Economia: 1(0,4%); LGBTI+: 1(0,4%); Segurança Pública: 1(0,4%). Não houve menção a negros e quilombolas e povos indígenas. Percebe-se que poucos temas tiveram 10 ocorrências ou mais. Apenas cinco temas possuíam essa quantidade de vídeos: Cidade; Cultura; Educação; Eleições; e Meio Ambiente. É um indicativo de que os temas foram tratados de forma dispersa.

Quando dividimos os resultados por Câmara Municipal, temos os seguintes dados:

FIGURA 1

Tema central (Câmara Municipal de Belém)

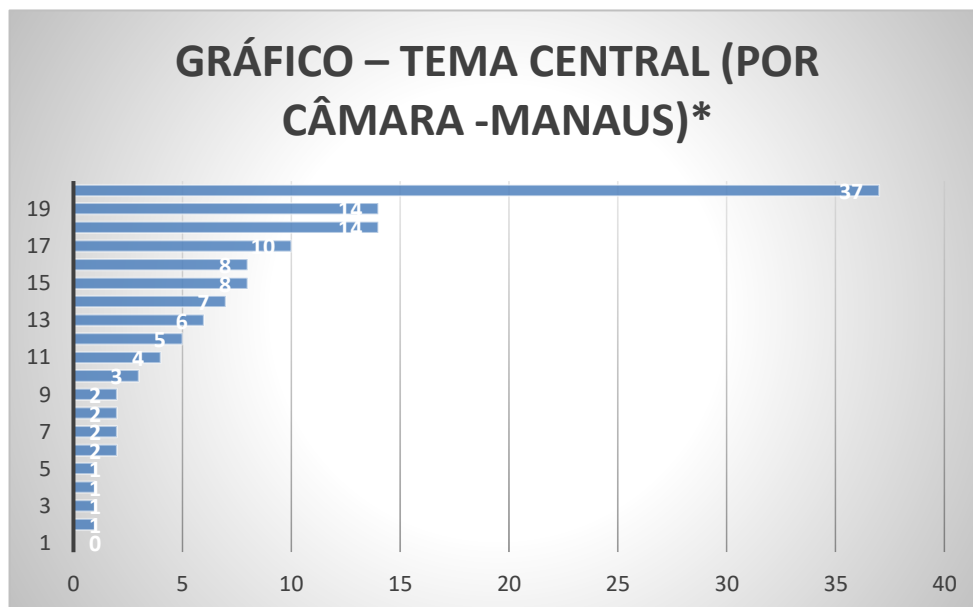


FONTE: Dados da pesquisa.



FIGURA 2

Tema central da Câmara Municipal de Manaus



FONTE: Dados da pesquisa.

As vereadoras de Belém se concentraram em três principais temas: Cultura, com 16 vídeos (18,6%); Cidade, com 15 (17,4%); e Assistencialismo, com 8 (9,3%). Já as vereadoras de Manaus abordaram mais os assuntos: Meio Ambiente (28,9%); Eleições (10,9%); e Cidade (10,9%). Uma comparação entre as parlamentares das duas Casas mostra que, nos vídeos do Facebook, as Belém abordaram maior pluralidade de temas do que as de Manaus, ou seja, houve maior incidência de temas com poucas ocorrências do que grande número de registros em apenas uma temática. Em contrapartida, o grupo da capital amazonense focou mais em produzir vídeos com temáticas específicas, indicando uma forte atuação centrada na defesa do meio ambiente (tema principal).

Destacamos ainda a baixa incidência do tema Mulheres, que teve sete ocorrências entre as vereadoras de Belém (Marinor: 1; Simone: 6) e sete ocorrências entre as de Manaus (Joana D’arc: 1; Profª Jacqueline: 5; Profª Therezinha: 1). Dessas, quatro parlamentares eram integrantes de comissões específicas voltadas para os interesses femininos nas Câmaras: Simone Kahwage (PRB), em Belém; Joana D’arc (PR); Profª Jacqueline (PHS) e Profª Therezinha (Democratas), em Manaus. Em ambos os grupos, o percentual foi de 3,3% do total

de vídeos postados. Nenhuma mencionou o movimento feminista ou se intitulou feminista. Todavia, apresentaram, em determinados momentos, falas e atitudes progressistas. No geral, a principal representante do tema *Mulheres* foi a parlamentar Simone Kahwage (PRB - Belém) que abordou: a sub-representação política feminina (o mais recorrente); violência doméstica; maternidade; propaganda partidária de filiação feminina. Embora tenha tocado em determinados assuntos associados à agenda feminista, Simone, que é de um partido conservador fortemente ligado à religião cristã<sup>18</sup>, não utilizou a perspectiva feminista para o desenvolvimento crítico de alguns conceitos utilizados como o de empoderamento. O “empoderamento da mulher” é citado superficialmente e como um atrativo para filiar novas integrantes à legenda:

Muito se fala no *empoderamento da mulher* na sociedade, mas são poucos os partidos que efetivamente investem na preparação e na capacitação feminina. No PRB Mulher, *as mulheres participam das decisões mais importantes e ocupam posições de comando com liberdade para atuar* (...) Filie-se ao PRB (Simone Kahwage, 20.10.2018, grifos nossos)<sup>19</sup>

Ainda no debate *Sobre o que falam* as vereadoras, tratamos sobre a função dos vídeos postados no Facebook. É uma categoria que traz elementos indicativos do que as vereadoras mais expuseram como atividade parlamentar. Em termos gerais, 45 vídeos (21,43%), dos 210 analisados, retrataram a *rotina interna de trabalho* (parlamentares em pronunciamento na tribuna, na mesa da plenária, trabalhando no gabinete ou atuando em outros espaços das Câmaras Municipais). Em segundo lugar, em 22 vídeos (10,48%), as parlamentares estavam apresentando *projeto de lei ou fazendo indicações para o Poder Executivo Municipal*. No terceiro lugar, ficou a *interação com seguidores*: 21 vídeos (10%) mostraram as vereadoras lembrando datas comemorativas, realizando homenagens a grupos específicos ou cumprimentando os seguidores. A quarta função mais recorrente foi *propaganda eleitoral pessoal* com 19 ocorrências (9%) e diz respeito às produções voltadas para o Horário de Propaganda Eleitoral Gratuito, na TV aberta ou aquelas realizadas para a divulgação nas mídias digitais. A quinta função foi *cotidiano*, com 17 vídeos (8,1%), sobre a participação das

<sup>18</sup> No site do PRB, há um manifesto com as principais convicções da legenda, segundo qual: “Nós, os Republicanos, somos um movimento político conservador, fundamentado nos valores cristãos, tendo a família como alicerce da sociedade”. Disponível em: <https://republicanos10.org.br/manifesto-e-programa-do-republicanos/>. Acesso em: 23.02.2020.

<sup>19</sup> Disponível em:

[https://www.facebook.com/simonekahwage/videos/vb.100000662933378/1648479401850808/?type=2&video\\_source=user\\_video\\_tab](https://www.facebook.com/simonekahwage/videos/vb.100000662933378/1648479401850808/?type=2&video_source=user_video_tab). Acesso em: 29.12.2018.

vereadoras em atividades que não estão relacionadas diretamente ao exercício do cargo de vereadora, ou seja, elas aparecem em casa, na academia, no salão de beleza, praticando esportes, em eventos culturais etc. Em seguida, foi identificada a *função trabalhos externos à vida parlamentar*, com 16 vídeos (7,6%). Destaca-se que, nesse tópico, todas as produções audiovisuais foram de uma única vereadora: Joana D'arc (PR). Nelas, a parlamentar mostrou o trabalho de ativista da causa animal, realizando resgates, doações, visitas a clínicas, eventos, protestos e caravanas.

As vereadoras de Belém mobilizaram como principal função de vídeo a *rotina interna de trabalho*, ou seja, 18,6% dos vídeos postados com o objetivo de mostrá-las na tribuna, na plenária ou no gabinete. Em segundo lugar, os vídeos com objetivo de mostrar o *cotidiano*, com 16,2%, isto é, a vida como cidadãs comuns (em festas, rodas de carimbó, na prática de esportes). Em terceiro lugar, com 10,4% das ocorrências, a *propaganda eleitoral pessoal*, as parlamentares aproveitaram o ambiente comunicacional para realizar campanha para si mesmas. Entre as vereadoras de Manaus, a função de vídeo mais frequente foi a mesma das parlamentares de Belém: *rotina interna de trabalho*, com 23,3% das ocorrências. A segunda principal foi a apresentação de *projetos de lei*, com 17,7% de incidência; seguida de *trabalhos externos à Câmara e interação com os seguidores*, ambas representando 12,9% dos vídeos cada. Em comparação geral entre as vereadoras de Belém e as de Manaus, as parlamentares da capital paraense tiveram maior diversificação dos vídeos ao explorarem quantidade maior de possibilidades de função. Sob um olhar comunicacional da representação política, no marco de Garcêz e Maia (2017), é possível dizer que as parlamentares possuem mobilidade discursiva, pois o posicionamento no ato de representar apresenta dimensão estratégica para assumir contornos distintos conforme a função da audiência e da dinâmica de dar e receber essas reivindicações.

Mas como se dá a conformação das demandas representadas pelas vereadoras de Belém e de Manaus na materialização em propostas de políticas públicas publicizadas nos vídeos do Facebook? De acordo com Garcêz e Maia (2017), os posicionamentos institucionais são, muitas vezes, requeridos como meios de garantir credibilidade de determinado posicionamento. Sobre a função de *apresentação de projeto de lei ou indicação* (38 vídeos,

18% do total) dividimos o resultado em duas categorias: a) *Projeto de autoria própria*<sup>20</sup> das vereadoras; e b) *Indicações, requerimentos e solicitações*. Neste sentido, de maneira geral, foram 24 vídeos sobre *projetos de lei* (63,1%); 13 (34,2%) sobre *indicações e requerimentos*<sup>21</sup>. Entre as sete parlamentares, Joana D'arc (PR) obteve maior incidência de *projetos de lei* nos vídeos postados: 11 (45,8%); seguida de Profª Therezinha (Democratas), com oito (33,3%); Profª Jacqueline (PHS), com quatro (16,6%); Marinor Brito, com apenas um vídeo (4,1%). Blenda Quaresma (MDB), Simone Kahwage (PRB) e Glória Carratte (PRP) não mencionaram projetos de lei nos vídeos analisados.

A troca de opiniões, razões e de julgamentos são elementos importantes do processo comunicacional (GARCÊZ, 2017) e da construção dos sujeitos discursivamente (SAWARD, 2006). Contudo, a pouca utilização das mídias sociais para dar espaço à produção legislativa municipal é uma perda para a representação política discursiva à medida que não se tem um ambiente comunicacional como o on-line para prestar contas sobre a atividade parlamentar, valorizando assim, o papel do representado no processo.

Nos vídeos analisados, o *Assistencialismo* de Blenda Quaresma, por exemplo, envolveu ações beneficentes em comunidades periféricas (principal *tema e função* dos vídeos), e indicou que a parlamentar de Belém herdou do pai, o deputado estadual Wanderlan Quaresma (MDB), figura com mais experiência política, o “modo antigo” de se fazer política baseado na caridade. Foi a única das parlamentares que não apresentou, no Facebook, projeto de lei ou requerimento. Marinor Brito (PSOL) representou demandas sobre *Cultura e Cidade*, relacionando-se com o histórico de militância junto a artistas e produtores culturais de Belém; com a quantidade de vídeos postados com a função de mostrar o *Cotidiano*, além do posicionamento político-partidário à esquerda, ou seja, de oposição à gestão municipal e de temas progressistas como os direitos sexuais e de gênero (única a apresentar requerimento sobre LGBTI+). Profª Therezinha (Democratas) teve como tema central *Educação*, e ela tem

---

<sup>20</sup> Profª Jacqueline apresentou, nos vídeos, mais projetos na área da Educação. Também foi a temática que teve mais projetos de lei visibilizados por Profª Therezinha: regulamentação do estágio obrigatório remunerado para alunos do nível médio e superior; o reajuste salarial; cartilha de valorização do educador; Prêmio Professor Inovado; e Prêmio Professor Inovador. No caso de Joana D'arc, o principal tema dos projetos foi Cidadania como o Programa Vereador por um dia e a implementação do aplicativo de celular Se Liga. Em Belém, apenas Marinor Brito apresentou um projeto de lei sobre Direitos LGBTI+ que previa diretrizes para combater a discriminação às pessoas pela sua orientação sexual.

<sup>21</sup> Um não se enquadrou nessas categorias (2,6%).

vasta experiência como educadora, já foi, inclusive, Secretária Municipal de Educação de Manaus. Destacou-se nos projetos de lei sobre a temática, e o conhecimento da docência permitiu criar muitos vídeos didáticos com informações sobre o trabalho e dúvidas do povo – o que reflete ainda a principal função dos vídeos de *interação com seguidores*. Já Joana D’arc (PR) deu visibilidade, no Facebook, a uma demanda que era sua antes do mandato: *Meio Ambiente*. A parlamentar é ativista da causa animal<sup>22</sup>. Mostrou essa identificação a partir da maior quantidade de vídeos com a função de visibilizar os trabalhos externos à vida parlamentar (ativismo). E ainda teve mobilidade discursiva ao representar demandas sobre *Cidadania, Serviço Público e Mulheres*.

## 5. Considerações finais

O objetivo deste artigo foi analisar como as vereadoras de Belém e de Manaus constroem discursivamente a representação política por meio dos vídeos postados nos perfis e fanpages do Facebook, considerando um contexto de sub-representação política de mulheres e também as mídias digitais como ambiências políticas fundamentais. Mesmo tendo sido formalmente eleitas, consideramos que a representação política é um processo discursivo e que, por isso, deve ser considerado numa perspectiva contínua.

Para Miguel e Queiroz (2006), a sub-representação política feminina é um dos pontos de “estrangulamento” das democracias contemporâneas, pois marginaliza grupos nas esferas representativas. Mesmo nas regiões brasileiras que mais elegem mulheres, 85% das câmaras municipais são formadas por homens (MIGUEL; QUEIROZ, 2006). Além disso, serem formalmente eleitas não pressupõe que estejam em par de igualdade de gênero. As poucas mulheres formalmente eleitas para cargos de poder sofrem com a discriminação na política formal onde se opera uma lógica de supremacia masculina, como observamos numa transmissão ao vivo de Joana D’arc (PR-Manaus). São autorizadas práticas de violência política sexista (MATOS, 2018) e silenciamentos. Em trabalho anterior (KAHWAGE, CAL e LEAL, 2019), mostramos que há constrangimentos no que diz respeito à representação feminina em canais institucionalizados, como o Portal da Câmara Municipal de Belém. O

---

<sup>22</sup> Esse achado mostra um aspecto discursivo relevante da representação política. Segundo Garcêz e Maia (2017), “indiretamente, temas e demandas são representados em função da existência de grupos de *advocacy*” (p.12) tais quais as redes de protetores de animais.

conteúdo jornalístico com assuntos de interesse das mulheres é baixo, assim como o número de fontes femininas e as referências e abordagens sobre as mulheres nas reportagens.

É possível inferir que as parlamentares conhecem as ferramentas digitais, as utilizam, mas falta ainda ampliar a sua regularidade – já que representar é um *processo*, deve ser construído ao longo de um período. Necessitam também alargar os “mecanismos de inclusividade das minorias” nos vídeos postados, pois, como representantes, tem a função de traduzir, tematizar e justificar demandas e assim, vocalizá-las para os “desprovidos da habilidade de expressão na esfera pública” (GARCÊZ; MAIA, 2017, p.15). A Prof<sup>a</sup> Therezinha, por exemplo, foi a única a tratar do tema *Pessoas com deficiência*, mas não ofereceu recursos suficientes de acessibilidade para os principais interessados no assunto.

Saber como falam as vereadoras nos revelou, de maneira geral, que, primeiramente, elas estão produzindo conteúdo novo com formato exclusivo para a internet. Nesse contexto, as produções por meio do uso de celular foram as mais recorrentes tanto para as vereadoras de Belém quanto as de Manaus. Por um lado, podemos destacar o custo baixo para gravação de celular e a facilidade desse recurso, mas, por outro, consideramos que se trata também de uma estratégia de proximidade, de buscar interagir com uma linguagem própria do ambiente no qual estão inseridas.

Ao analisarmos a categoria *Com que frequência?* dos vídeos das parlamentares, percebemos que é preciso ainda investir em uma “dinâmica ininterrupta” (GARCÊZ; MAIA, 2017) da representação política discursiva operacionalizada nos novos meios de comunicação - como as mídias digitais (valorização dos ambientes informais, não tradicionais). As demandas representativas, sob a luz de Saward (2006), “só funcionam e até mesmo só existem, se a audiência as reconhecer de algum modo e for capaz de absorver ou rejeitá-las, ou então, engajá-las” (2016, p.10). A partir da pesquisa, pode-se dizer que quem posta pouco é visto pouco e menos ainda interage, comprometendo a prática mais horizontalizada do representar.

O panorama do *Sobre o que falam* conduz a algumas reflexões de como os discursos ajudam a construir identidades e seus interesses associados (DRYZEK; NIEMEYER, 2008). As experiências e as vivências das mulheres, fora das Câmaras Municipais, de certa maneira, tiveram efeitos sobre como praticaram a representação política. Isto, claro, dentro do limite do que as vereadoras permitiram ser publicizado nas páginas pessoais do Facebook. Contudo, na maior parte dos casos analisados, os assuntos expostos nos vídeos se aproximaram das

principais propostas de mandato e de afinidade das vereadoras. Chamou atenção o modo como a temática *Mulheres* foi pouco trabalhada, e a vereadora com mais ocorrências buscou enquadrar ideias feministas, como o “empoderamento”, a luz de perspectivas conservadoras.

Esses achados nos levam à compreensão de Garcêz e Maia (2017) de que representantes eleitos se moldam ao mesmo tempo em que constroem discursivamente as relações de representação política na busca de convencimento e aceitação. A mobilidade discursiva ocorreu a partir do momento em que elas produziram conteúdos sobre demandas dentro e fora dos processos eleitorais e em espaços diferentes, como o Facebook.

## Referências

- ALMEIDA, D. **O conceito de representação política e suas variações contemporâneas**. In: MENDONÇA, Ricardo Fabrino; CUNHA, Eleonora Schettini (org). Introdução à teoria democrática: conceitos, histórias, instituições e questões transversais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018.
- AVRITZER, L. **Democracia no Brasil: do ciclo virtuoso à crise política aberta**. In: BOTELHO, André e STARLING, Heloisa Murgel (orgs.). República e Democracia: impasses do Brasil Contemporâneo. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2017.
- BAQUERO, M.; VASCONCELOS, C. **Crise de representação política, o surgimento da antipolítica e os movimentos antipartidarismo no Brasil**. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM COMUNICAÇÃO POLÍTICA, 5., 2013, Curitiba. Anais... Curitiba: Compólítica, 2013.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BIANCHI, A. **Revolução passiva e crise de hegemonia no Brasil contemporâneo**. Revista Outubro, Edição 28, 2017. Disponível em: <<http://outubrorevista.com.br/revolucao-passiva-e-crise-de-hegemonia-nobrasilcontemporaneo>>. Acesso em: 10 fev. 2020.
- BRAGA, S.; CARLOSMAGNO, M. Eleições como de costume? Uma análise longitudinal das mudanças provocadas nas campanhas eleitorais brasileiras pelos impactos das tecnologias digitais (1998-2016). In: MAIA, R.; PRUDENCIO, K.; VIMIEIRO, A. C. **Democracia em ambientes digitais: eleições, esfera pública e ativismo**. Salvador: EDUFBA, 2018, p. 15-48.
- CASTRO, M. **O golpe de 2016 e a demonização do gênero: o golpe na perspectiva de gênero**. Salvador: Edufba, 2018.
- COSTA, A. **Crise de representação, cultura política e participação no Brasil: das jornadas de junho ao impeachment de Dilma Rousseff (2013-2016)**. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2019.
- COSTA, A.; BERNARDI, A. **Crise de representação e cultura política no Brasil: como participam os brasileiros?** Cadernos de Campo: revista de ciências sociais, Araraquara, n. 25, p. 157-179, jul./dez. 2018.
- DRYZEK, J.; NIEMEYER, S. **Discursive Representation**. American Political Science Review, 102(4), p. 481-493, 2008. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/45724440\\_Discursive\\_Representation](https://www.researchgate.net/publication/45724440_Discursive_Representation)>. Acesso em: 10 fev. 2020.
- GARCÊZ, R. **A representação política em uma perspectiva comunicacional**. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 26., 2017, São Paulo. Anais.... Brasília: Compós, 2017.

GARCÊZ, R.; MAIA, R. Representação política não-eleitoral na perspectiva processual: discursividade e estratégia no debate sobre a educação de surdos. **Compólítica**, 6(2), 7-34, 2017. <https://doi.org/https://doi.org/10.21878/compolitica.2016.6.2.103>

KAHWAGE, N.; CAL, D. ; LEAL, C.. A representação política discursiva das vereadoras de Belém no portal da Câmara e no Facebook. In: MASSUCHIN, M. G.; CERVI, E. U.; CARVALHO, F.; TAVARES, C. Q. (Org.). **Comunicação & Política: interfaces em esferas regionais**. 1ed.São Luís: UFMA, 2019, v. 1, p. 179-202.

LOUREIRO, M. **Interpretações contemporâneas da representação**. Revista Brasileira de Ciência Política, n. 1, p. 63-93, 2009.

MANSBRIDGE, J. **A conversação cotidiana no sistema deliberativo**. In: MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro (Org.). A deliberação pública e suas dimensões sociais políticas e comunicativas: textos fundamentais. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. p. 207-238.

MIGUEL, L. F. **Democracia e representação: territórios em disputa**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

MIGUEL, L. F.; QUEIROZ, C. Diferenças regionais e o êxito relativo de mulheres em eleições municipais no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, v. 14, n. 2, p. 363-385, 2006.

NOGUEIRA, M. Representação, crise e mal-estar institucional. Soc. Estado, Brasília, v. 29, n. 1, p. 91-111, 2014. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010269922014000100006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010269922014000100006&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 13 fev. 2020.

PITKIN, H. **O conceito de representação**. In: MARTINS, Carlos (Org.). Política e sociedade. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1984.

SALLUM, B. **A crise política de 2015-16 para além da conjuntura**. In: BOTELHO, André e STARLING, Heloisa Murgel (orgs.). República e Democracia: impasses do Brasil Contemporâneo. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2017.

SANTOS, Eduardo Heleno de Jesus. Crise de representação política no Brasil e os protestos de junho de 2013. Liinc em Revista, vol. 10, n. 1. pp. 86-95, 2014. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3550/3047>>. Acesso em: 10 fev. 2020.

SAWARD, M. The Representative claim. **Contemporary Political Theory**, 5(3) p. 297-318, 2006. Disponível em: <[https://www.academia.edu/34772032/The\\_Representative\\_Claim](https://www.academia.edu/34772032/The_Representative_Claim)>. Acesso em: 10 fev. 2020.

URBINATI, N. **O que torna a representação democrática?** São Paulo: Lua Nova, 2006.